

## MODERNIZAR O CRÉDITO RURAL

**\* Roberto Rodrigues**

O vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luis Carlos Guedes Pinto, vem despertando muita atenção do setor rural, do parlamento e até mesmo de áreas do Executivo Federal ao tecer críticas procedentes sobre o “envelhecimento” do nosso modelo de crédito rural.

Com efeito, ele foi montado há 43 anos, durante os quais as mudanças no agronegócio brasileiro foram notáveis, seja no caráter tecnológico, seja no gerencial, seja no comercial, alcançando um ótimo nível de competitividade global. E, é claro, os instrumentos de crédito rural não acompanharam esta evolução. Ficou no passado a situação em que o volume total de crédito rural oficial disponível era quase o dobro do custo de produção da safra brasileira. Hoje esta participação é de aproximadamente 1/3 da necessidade do setor.

Como, na prática, o crédito rural tornou-se um crédito bancário, é preciso observar regras de regulamentação do sistema financeiro, como classificação de risco e a constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Com isso, o crédito oficial não atende a demanda, e o agricultor corre atrás de fontes de financiamento mais caras, aumentando o juro médio a ser pago.

A partir de uma exposição realizada por Guedes no Conselho Superior do Agronegócio da FIESP, decidiu-se iniciar imediatamente um amplo trabalho visando à modernização do crédito rural no Brasil.

Os temas a serem tratados seriam, entre outros, os seguintes:

- desburocratizar os processos para obtenção do crédito rural, velho desejo dos produtores, sempre buscado, com resultados ainda insatisfatórios.
- criar um modelo de crédito rotativo e renovável para o conjunto dos empreendimentos da propriedade rural, de modo que vários ciclos produtivos sejam automaticamente atendidos.
- montar um sistema de seguro rural poderoso e compulsório, que garanta renda ao produtor, de modo que o crédito fique mais “confiável” para parte dos bancos.
- subsidiar o prêmio de opções de venda, à imagem da subvenção ao prêmio do seguro. O próprio governo estadual de São Paulo estaria disposto a participar deste subsídio.
- criar um fundo de liquidez para o crédito rural.

Tais instrumentos acabariam eliminando as recorrentes negociações de dívidas, e custariam muito menos ao tesouro nacional.

Para dar consistência ao projeto, organizou-se um Grupo de Trabalho do qual participarão o próprio BB, outros órgãos do governo (BACEN, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento) pelo lado oficial federal, e, pelo lado privado, o próprio COSAG, a CNA, a OCB, a ABAG, a SRB e a BM&F. Também participarão um representante da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e outro do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Agricultura.

Esperamos ter tudo pronto para discussão final em março de 2009. É esperar para ver.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**